

Associação

SRB amplia trabalho de representação da classe rural

A SOCIEDADE Rural Brasileira (SRB) vai ampliar em 2008 o trabalho de representação da classe rural, em sintonia com entidades parceiras, com destaque para Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), União Democrática Ruralista (UDR) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A **SRB**, que completou, em maio deste ano, 88 anos de vida, vem trabalhando há oito décadas pelo desenvolvimento socioeconômico do País ao estimular o avanço do setor rural. O trabalho da entidade está registrado em inúmeros episódios, dos quais podemos destacar três:

- Durante a Assembléia Constituinte, em 1988, a entidade foi uma das mais fortes defensoras do direito à propriedade produtiva
- Na década de 90, antecipou-se às campanhas de combate à febre aftosa e de melhorias na defesa sanitária como condição para o Brasil atuar com resultados positivos nos mercados internacionais
- Os contenciosos contra os subsídios dos Estados Unidos ao algodão e da Comunidade Européia ao açúcar surgiram em debates na **SRB**.

A **SRB** também é um celeiro de líderes. O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, foi seu presidente, assim como Pedro de Camargo Neto, secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura no governo FHC e um dos maiores especialistas brasileiros em comércio agrícola internacional. O exemplo mais recente é o de João de Almeida Sampaio Filho, que, no final de 2006, licenciou-se

da presidência para assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Hoje, a **SRB** é presidida, por Cesário Ramalho da Silva. Associado à entidade desde 1963, Ramalho é empresário rural, pecuarista e produtor de grãos e de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. É filho, neto e bisneto de fazendeiros. *[leia na sequência desta matéria cobertura relativa à eleição de Ramalho para presidente]*.

Legitimidade

A **SRB** tem como principal fonte de receita a contribuição espontânea de quem acredita, que somente junto e organizado, o setor rural terá força para enfrentar os atuais e futuros desafios. E é justamente o apoio financeiro de caráter voluntário de seus associados que dá legitimidade aos posicionamentos da entidade, que priorizam a defesa da renda do produtor rural.

Na esfera da representação política da classe rural, a **SRB** mantém ativos 21 departamentos setoriais, que contemplam as principais atividades rurais. Integra os maiores fóruns de decisão do agronegócio, com destaque para o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAC), Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro), as Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm) e assento nas reuniões ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Participa também do Comitê de Agronegócios da Fiesp, do Comitê Nacional de Agroenergia, bem como do Instituto do Agronegócio Responsável

(Ares) e do grupo de trabalho com foco no desenvolvimento sustentável, Brazilian Business Coalition, coordenado pela Sadia.

Conhecimento e negócios

Além do permanente esforço representativo, a **SRB** adiciona às suas atividades a disseminação de conhecimento, a prestação de serviços, a geração de oportunidades e negócios aos seus sócios. A entidade promove seminários, debates, comitês, missões nacionais e internacionais, que trazem as novidades da política, economia e tecnologia rural.

Somam-se ainda as facilidades do Canal de Negócios **SRB**, em que os associados têm a oportunidade de se conhecerem e, a partir deste contato, promoverem novos negócios entre si. Este relacionamento acontece, principalmente, por meio das peças de comunicação da entidade (*site*, *newsletters* e informativos), nas quais o associado-empresa expõe sua marca, seus produtos e serviços, e o sócio pessoa-física tem facilidades no fechamento de algum negócio. Acesse www.srb.org.br.

* Confira a seguir os mais recentes destaques da pauta de trabalho da SRB para o setor rural.

Nova diretoria

O QUADRO associativo da **SRB** escolheu, no início de dezembro, a candidatura única, estabelecida por consenso, de Cesário Ramalho da Silva, para

presidente da entidade. Ramalho já ocupava a presidência em exercício desde o final do ano passado, quando, na qualidade de vice-presidente, substituiu João de Almeida Sampaio Filho, que se licenciou para assumir a Secretaria da Agricultura de São Paulo. O pleito também renovou parte da diretoria executiva e do conselho da organização [*relação dos nomes ao final do texto*]. Ramalho toma posse oficialmente em fevereiro de 2008 para um mandato de três anos, com direito a uma reeleição.

Agronegócio continuará crescendo

“O maior desafio do agronegócio hoje é crescer de forma sustentável, com base na tríade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada, oferecendo renda justamente ao seu principal ator, o produtor rural”, afirma Ramalho. Ele destaca que a agricultura brasileira registrou saltos de produtividade nos últimos anos, impulsionada, especialmente, pelos avanços em pesquisa, que resultaram no domínio da tecnologia de produção rural nos trópicos pelos produtores.

Segundo análise da **SRB**, com base em números do Ministério da Agricultura, a área plantada aumentou apenas 20% desde a safra 1990/91 até a temporada atual, saltando de 37,9 para 45,5 milhões de hectares, enquanto a produção cresceu 118%, saindo de 57,9 para 126 milhões de toneladas de grãos. “O agronegócio continuará crescendo significativamente, tendo como alavanca as perspectivas de expansão do consumo de alimentos, tanto no âmbito doméstico quanto no mundial, bem como a forte demanda pela agroenergia”, diz Ramalho.

Renda para o produtor rural

Ramalho ressalta que o agronegócio cresceu, gerou empregos, superávits comerciais – que contribuíram para que o País suportasse crises internacionais – abriu mercados para o Brasil, promoveu desenvolvimento no interior e colocou alimento mais barato na mesa do consumidor. “A agricultura se modernizou, adotou novas técnicas, modelos de gestão, conquistou

mercados, produtividade mas, infelizmente, a renda do produtor andou para trás.”

De 2000 a 2006, por exemplo, estudo da **SRB**, divulgado em agosto, revelou que os custos de produção para o produtor aumentaram 103% ante um avanço de receita menor, de 70%, no mesmo período. Assim, descapitalizado pelos resultados negativos dos últimos anos, principalmente em razão de fenômenos conjunturais desfavoráveis de clima e câmbio, o produtor sofre ainda com o endividamento – em muitos casos por correções monetárias absurdas –, com a má distribuição de renda entre os elos da cadeia produtiva e com os gargalos estruturais do chamado Custo Brasil.

Carga tributária na casa dos 40% do PIB, juros ainda muito altos, seguro rural incipiente (somente em 2,5% das lavouras), infra-estrutura logística precária, legislação trabalhista conflitante com as particularidades do trabalho

rural, atrasos com relação à implementação da biotecnologia, complexidade e burocracia na legislação ambiental também se configuram como vilões da renda do produtor.

Isso sem contar, lembra Ramalho, a insistência do governo federal em um modelo agrário falido, que intranquiliza quem produz e afasta investimentos do País, além de colocar sob o guarda-chuva do assistencialismo, e não no caminho da emancipação, as pessoas assistidas.

Na avaliação do presidente da **SRB**, a agricultura deu mais ao País do que o Estado foi capaz de assimilar e retribuir, e a sociedade, de compreender. “Logo, é para aumentar a percepção dos benefícios da transferência de renda da agricultura para toda a sociedade brasileira e, assim, continuar defendendo o direito do produtor de produzir para obter renda, que a **SRB** focará seu trabalho nos próximos anos”, finaliza Ramalho.



Diretoria Executiva da SRB para o triênio 2008/2011

Presidente: Cesário Ramalho da Silva

Vice-presidentes: Gustavo Diniz Junqueira, Joaquim Álvaro Pereira Leite, Roberto Penteado de Camargo Ticoulat

Diretoria executiva: Alexandre Dominguez Bellizia, Clóvis Ferreira de Moraes Jr, Eduardo Soares de Camargo, Gino de Biasi Neto, Rubens de Vilhena Resstel

Conselheiros: João de Almeida Sampaio Filho, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz, Roberto Rodrigues, Linneu Carlos da Costa Lima, Rubens de Vilhena Resstel, Luis Mendes Prates, Renato Ticoulat Filho, Flávio Páscoa Teles de Menezes, Jovelino Carvalho Mineiro Filho, Cesário Ramalho da Silva, Henrique de Souza Dias, Luiz Marcos Suplicy Hafers, Alfredo Santos Júnior, Roberto Diniz Junqueira Filho, Ovídio Carlos de Brito, Fábio de Salles Meirelles, Antônio de Paiva Neto, Pedro de Camargo Neto, José de Sampaio Góes, Maria Isaltina de Almeida Prado, Gino de Biasi Neto

Suplentes: Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Joaquim Álvaro Pereira Leite, Clóvis Ferreira de Moraes Jr, Gustavo Diniz Junqueira, Paulo da Rocha Camargo, Giannandrea Matarazzo, Cláudio Braga Ribeiro Ferreira

Seguro rural

EM AUDIÊNCIA com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no final de novembro, o presidente da **SRB**, Cesário Ramalho da Silva, acompanhado de Clóvis Ferreira de Moraes Jr., diretor da entidade e presidente da Câmara da Borracha Natural, propôs que o Ministério incentive a concorrência no mercado de seguro rural.

Segundo Ramalho, as principais culturas de grãos do País carecem de coberturas de qualidade e a competição entre as seguradoras será capaz de mudar o quadro.

Em documento entregue ao ministro, a **SRB** destacou que “a questão é solicitar às entidades governamentais responsáveis pela aprovação do seguro, e que efetuam a retrocessão de seguro no mercado internacional de resseguros, que não padronizem os produtos”.

Com a medida, as entidades governamentais devem apoiar e participar dos programas das seguradoras e estimulá-las a oferecer produtos diferenciados. Ainda sobre seguro rural, Ramalho também se reuniu com o diretor comercial da Seguradora Brasileira Rural, Geraldo Mafra.

Outro tema abordado com o ministro foi a expansão da heveicultura no Brasil e a viabilidade da seringueira ser usada na averbação de reserva legal. Ramalho felicitou, ainda, Stephanes pela decisão de retornar o Sisbov para alçada da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Caprinovinocultura

A **SRB** reuniu os principais agentes da cadeia produtiva da caprinovinocultura para criar um comitê de trabalho da iniciativa privada dedicado à expansão de ambas as atividades.

De acordo com o diretor executivo da **SRB**, Eduardo Soares de Camargo, o objetivo do Comitê é fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva da ca-

pratinovinocultura, com base na visão de planejamento do setor privado.

Segundo ele, o Comitê terá como missão amplificar o ponto de vista da iniciativa privada, com relação a desafios e oportunidades, procurando interagir com outros grupos de discussão do segmento, que já são ligados a órgãos governamentais.

Além disso, Camargo destaca que o Comitê irá promover o relacionamento, entre os atores da atividade, que favoreça a geração de negócios.

Após duas reuniões, os membros do Comitê aprovaram proposta do Programa de Agronegócios Pensa-USP para realização de um mapeamento das relações de negócios da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

É esse estudo que oferecerá subsídios para que o segmento desenvolva um plano estratégico de expansão. O Comitê concentra esforços agora para viabilizar financeiramente o trabalho, por meio da captação de patrocínios.

Café

A **CONAB** precisa investir mais para aprimorar o processo de coleta de dados, que dão origem às estimativas de área plantada, previsão de produção, entre outras pesquisas da área do café.

Esse foi o tema em destaque da terceira reunião do ciclo de encontros *Caminhos para o Café*, realizada em novembro, na sede da **SRB**, organizadora da iniciativa.

Segundo o diretor do departamento de café da entidade e coordenador do grupo, Luiz Marcos Suplicy Hafers, a Conab tem que lapidar a apuração do trabalho de campo, com objetivo de melhorar a precisão das estatísticas, embora os números da estatal sejam os mais confiáveis entre os disponíveis no mercado.

Hafers pontuou que a **SRB** defende o pagamento das dívidas por meio de uma renegociação viável, em que o produtor rural salde seus débitos de acordo com seu rendimento. Hoje, a camada dos produtores médios é a que sofre mais.

Isso porque o pequeno tem assistência do Pronaf e anistia de encargos sociais, ambientais, entre outros, e o grande tem porte para tocar o negócio sozinho.

O grupo debateu ainda riscos para as exportações, devido ao aumento de produção dos concorrentes. O Brasil poderá ter pela frente o paradoxo de ter de elevar substancialmente a produção, provocando queda das cotações, para ganhar dos rivais no preço.

Quilombolas

A **SRB** protocolou dia 26 de novembro no STF ingresso na Adin nº 3239, na qualidade de *amicus curiae*, como parte interessada no processo, que trata da inconstitucionalidade do Decreto 4.887, relativo a terras para remanescentes de comunidades quilombolas.

O referido decreto, baixado pelo governo federal em 2003, cria obstáculo perigosíssimo ao direito de propriedade, ao determinar que a caracterização dos quilombolas e das áreas sujeitas à desapropriação será atestada mediante “autodefinição”.

Ou seja, quem simplesmente se achar descendente de comunidade remanescente de quilombo poderá requerer seu pedaço de terra, mesmo se nunca o ocupou ou trabalhou nele. Com objetivo de anular os efeitos jurídicos alegando inconstitucionalidade do Decreto, o PFL, atual DEM, ingressou em 2004 com a citada Adin.

Agora, a **SRB** ingressou como terceiro interessado para reforçar os argumentos da Adin, que sustenta, ainda, que a regulamentação da matéria só pode ocorrer por meio de lei complementar e que se trata de desapropriação inconstitucional, pois torna *sub judice* áreas privadas, com título definitivo outorgado. ■

Os advogados do Comitê Jurídico **SRB**, Gastão de Souza Mesquita Filho, Ricardo de Aquino Salles e Francisco de Godoy Bueno foram os autores da *Amicus Curiae* da **SRB**. Leia a matéria completa no Portal **SRB** www.srb.org.br.